

**PROJETO DE LEI Nº       , 15 DE SETEMBRO DE 2021.**

*Vereador Professor Marcos*

**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO, EM  
CARÁTER EXTRADORDINÁRIO, DA  
“RENDA MÍNIMA DA CIDADANIA” NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-  
GO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA  
DA COVID-19 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIA.**

A CÂMARA DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O Poder Executivo Municipal poderá, em caráter extraordinário, em decorrência dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 e à vista da situação de emergência, instituir no Município de Anápolis, a Renda Mínima da Cidadania, obedecidos os critérios estabelecidos nesta Lei.

**Art. 2º.** A concessão do auxílio financeiro, Renda Mínima da Cidadania, tem como escopo assegurar às famílias em situação de vulnerabilidade temporária em decorrência da pandemia causada pela COVID-19:

- I-** O direito à segurança alimentar;
- II-** O direito à renda, objetivando o suprimento das necessidades básicas;
- III-** O direito de escolha dos bens que mais necessitar.

**Art. 3º.** Para a concessão da Renda Mínima da Cidadania deverão ser atendidos, cumulativamente, os seguintes critérios:

- I-** Ser residente do Município de Anápolis-GO;
- II-** Estar inscrito no CadÚnico;





**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

**III-**Auferir renda familiar de até meio salário-mínimo por pessoa;

**IV-**Não ser beneficiário do auxílio emergencial do Governo Federal;

**V-** Não ter sido condenado por crime contra a administração pública.

**Art. 4º.** A Renda Mínima da Cidadania consistirá em auxílio de complementação de renda na quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais), restrito o pagamento a 01 (um) indivíduo que componha o respectivo grupo familiar.


§ 1º- O auxílio será pago por 3 (três) meses, com periodicidade mensal.

§ 2º- O pagamento do auxílio poderá ser efetivado aproveitando-se da base do Cadastro Único, restando facultada a adoção de outros meios a critério do Poder Executivo.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de Setembro de 2021

  
**Professor Marcos**  
Vereador



## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei busca inserir na legislação municipal “renda mínima da cidadania” com o objetivo de assegurar aos mais vulneráveis o mínimo existencial em face ao momento mais crítico da história mundial: a pandemia pela Covid-19.

O mínimo existencial visa garantir a qualidade de vida população, com base no artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU de 1948, o qual assegura que todo ser humano e seus familiares têm direito a uma qualidade de vida tal que lhes sejam assegurados saúde, alimentação, habitação, vestuário, educação e serviços de previdência social os quais garantam proteção contra o desemprego.

Destaca-se que o mínimo existencial não trata apenas de garantir ao ser humano um “mínimo de sobrevivência”, mas um mínimo de qualidade vida, o qual lhe permita viver com dignidade, tendo a oportunidade de exercer a sua liberdade no plano individual e social (Ismail Filho, Rev. Consultor Jurídico, 2016).

Ressalta-se, ainda, o momento atípico que o mundo vive, declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia ocasionado pelo coronavírus. Estabelecendo no mundo restrições de comportamentos sociais e alguns diretrizes que restringiu a economia e, conseqüentemente, a renda de milhares de famílias brasileiras.

As diversas restrições econômicas refletiram no aumento acelerado dos preços, redução do crescimento da economia impactando nos diversos comércios levando várias empresas a falência.



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Por isso, o objetivo do presente projeto é garantir o mínimo básico para sobrevivência humana aos cidadãos residentes em Anápolis fornecendo um auxílio financeiro mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) a serem pagos pelo período de 3 meses a aquelas famílias consideradas vulneráveis.

Expõe-se a apreciação dos Nobres Pares a presente propositura legislativa em favor da qual se suplica apoio para aprovação.

Sala das Sessões, em 15 de Setembro de 2021.



***Professor Marcos***  
Vereador